

# O que lê um guarda dos cárceres do Santo Ofício de Coimbra: A biblioteca de António de Moraes da Costa (1769)

## What a prison guard of the Holy Office of Coimbra reads: The library of António de Moraes da Costa (1769)

ISABEL DRUMOND BRAGA

Professora associada com agregação

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, CIDEHUS-UÉ e CH-ULisboa

[isabeldrumondbraga@gmail.com](mailto:isabeldrumondbraga@gmail.com)

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7035-6497>

Artigo entregue em: 16 de maio de 2025

Artigo aprovado em: 28 de julho 2025

### RESUMO

Não obstante a posse de livros não significar necessariamente a sua leitura, o estudo das bibliotecas particulares permite apurar gostos e tendências, sem esquecer os interesses profissionais. A partir dos catálogos resultantes do edital de 1769 da Real Mesa Censória procedeu-se ao levantamento das bibliotecas dos oficiais menores dos tribunais de distrito da Inquisição portuguesa, tendo-se encontrado apenas um. Nesse sentido, procurou-se conhecer a livraria de António Moraes da Costa, guarda dos cárceres secretos do Santo Ofício que, antes de ingressar no tribunal, foi boticário. Para o efeito, contaram-se e identificaram-se as obras que possuía e verificou-se que não se tratava de uma biblioteca profissional. A escassez de catálogos de livros por parte de servidores do Santo Ofício, tal como acontece em outros grupos socioprofissionais, permite equacionar a

representatividade da documentação, pondo em causa a média de uma biblioteca para cada 1000 habitantes, para o Portugal da segunda metade do século XVIII.

**PALAVRAS-CHAVE:** Biblioteca; Guarda dos cárceres; Real Mesa Censória; Santo Ofício.

#### **ABSTRACT**

Although owning books does not necessarily mean reading them, studying private libraries allows us to ascertain tastes and trends, as well as professional interests. Using the catalogues resulting from the 1769 edict of the Real Mesa Censória (Royal Censorship Board), a survey was carried out of the libraries of the minor officials of the district courts of the Portuguese Inquisition, and only one was found. In this sense, we sought to learn about the library of António Morais da Costa, a guard of the secret prisons of the Holy Office who, before joining the court, was an apothecary. We counted and identified his books and verified that it was not a professional library. The scarcity of book catalogues by servants of the Holy Office, as is the case in other socio-professional groups, allows us to consider the representativeness of the documentation, calling into question the average of one library for every 1,000 inhabitants for Portugal in the second half of the 18th century.

**KEYWORDS:** Library; Prison guard; Real Mesa Censória; Holy Office.

## **A posse de livrarias na Época Moderna: estado da questão**

Possuir livros e deles beneficiar implicava o domínio da leitura. Na época moderna, sabiam ler a maioria dos nobres, membros da Igreja, grandes mercadores e proprietários de terras, a par de alguns homens dos ofícios artesanais. Por vezes, a falta de uso das capacidades de leitura e de escrita, especialmente entre alguns membros da aristocracia, era responsável por situações de retorno a uma mera suficiência alfabética, uma vez que tinham a possibilidade de recorrer a escrivães (Magalhães, 1994, pp. 512-514). No Portugal do século XVIII, é desconhecido o número de pessoas alfabetizadas. Sabe-se, contudo, que, tal como acontecia em outras partes da Europa, apenas uma minoria da população gozava dessa prerrogativa. Esta realidade era mais significativa nos meios urba-

nos do que nos rurais e atingia de forma mais eloquente os homens do que as mulheres<sup>1</sup>.

Com uma taxa de alfabetização baixa, o número de bibliotecas não poderia ser particularmente relevante. De qualquer modo, as casas religiosas, as residências dos nobres e as de várias instituições possuíam bibliotecas, outrora designadas por livrarias, de amplitude e conteúdo muito diversificados (Braga, 2001, pp. 534-536). As das casas clericais têm merecido alguma atenção (Mesquita, 1993; Rocha, 1996; Braga, 2010; Santos, 2019), o mesmo se pode afirmar relativamente às particulares de eclesiásticos (Cardoso, 1995; Oliveira, 1995; Fernandes, 2000; Oliveira, 2007; Oliveira, 2010; Alves, 2014). Tem igualmente havido interesse pelas livrarias de diversos membros da casa real, de elementos da nobreza (Carvalho, 2003; Rodrigues, 2003; Buescu, 2016) e dos grupos intermédios. Neste caso, são particularmente relevantes as chamadas bibliotecas profissionais (Marquilhas, 2000, pp. 167-192; Oliveira, 2002, pp. 131-141; Martínez Pereira, 2003, p. 116; Antunes, 2004; Dias, 2007, pp. 114-123; Braga, 2012, pp. 263-276). Neste universo, claramente predominam as bibliotecas masculinas, uma vez que a posse de livros por parte das mulheres foi sempre muito menos significativa, quer em Portugal (Santos, 2008) quer no estrangeiro (Guillaume-Alonso, 1999; Baranda Leturio, 2003; Cátedra, & Rojo, 2004; Prieto Bernabé, 2004; Staves, 2007). Não obstante, a relação entre o feminino e os livros não se reduz à posse e leitura de obras, pensemos nas viúvas que se mantiveram à frente de tipografias ao longo do século XVIII<sup>2</sup>.

Uma estimativa realizada com base nas listas de livros enviadas à Real Mesa Censória, à qual voltaremos, permite-nos apurar que, em 1769, com 633.432 fogos e cerca de 3.167.160 pessoas (Ferro, 1995, p. 32) havia uma biblioteca para cada 950 habitantes<sup>3</sup>, o que, como veremos *infra*, é uma

---

<sup>1</sup> Algumas estimativas para avaliar e extrapolar os níveis de alfabetização, a partir do estudo e análise das assinaturas, são importantes, mas não deixam de apresentar fragilidades como os próprios autores reconhecem. Recorde-se que saber assinar não significa necessariamente saber escrever, enquanto ler e escrever evidenciam competências alfabéticas diferenciadas. De qualquer modo, este tipo de abordagem tem sido usado entendendo a capacidade de assinar como medida universal de comparação, permitindo distinguir entre assinantes e não assinantes, por vezes entendidos como alfabetizados e analfabetos (Magalhães, 1994, pp. 85-86). Vejam-se alguns trabalhos como os de Silva, 1991 e Santos, 2004.

<sup>2</sup> Esta realidade é da maior relevância e é visível em toda a Europa, embora não se encontrem muitas obras aprofundadas sobre o tema. Vejam-se, por exemplo, as observações de Kennedy, 1999, pp. 78-98.

<sup>3</sup> Em 1964, Maria Adelaide Salvador Marques apresentou uma estimativa de uma biblioteca para cada 1000 habitantes, considerando que a população portuguesa era, então, de cerca de 2.500.000

percentagem subvalorizada, ao mesmo tempo que as assimetrias eram significativas entre o litoral e o interior e entre leigos e eclesiásticos.

## **Controlando as leituras: a Real Mesa Censória**

Até à criação da Real Mesa Censória, a censura de livros funcionava de forma tripartida, sendo necessárias as licenças do Ordinário, isto é, do bispo; do Desembargo do Paço e do Santo Ofício da Inquisição. Caso a obra fosse de um religioso, o autor teria ainda que possuir uma outra, do superior da ordem a que pertencia. O sistema era, compreensivelmente, moroso (Martins, 2005). No intuito de melhor controlar e centralizar os mecanismos censores, D. José I e o marquês de Pombal optaram pela criação, em 5 de abril de 1768, de um novo organismo, a Real Mesa Censória. Este tribunal tinha jurisdição sobre a censura de livros e sobre a fiscalização do uso dos mesmos (Tavares, 2018). Assim se compreende o edital de 10 de julho de 1769, pelo qual se determinou a fiscalização das leituras através da entrega obrigatória das listas de livros impressos e manuscritos em poder de mercadores de livros, livreiros, impressores e particulares. O desrespeito desta ordem e as eventuais omissões e falsificações são desconhecidos, limitando, portanto, o conhecimento acerca da eficácia do edital (Marques, 1983, pp. 188-194).

Das determinações referidas resultaram, para Portugal continental, 3334 catálogos (Marques, 1983, p. 196) das chamadas livrarias, propriedade de homens de diversas profissões (advogados, boticários, legistas, médicos, mercadores, músicos, professores e alguns artesãos, tais como cabeleireiros, carpinteiros, confeitores, etc.) e de mulheres leigas e religiosas, a par de inventários das bibliotecas de conventos, mosteiros e recolhimentos. Aparentemente, faltam as listas de Braga e de Ourém. A média de 25 livros por biblioteca (Marques, 1983, p. 196), esconde grandes assimetrias. Tendo em conta as comarcas portuguesas de então, Maria Adelaide Salvador Marques verificou que a da Estremadura, onde se incluía a Corte e a Universidade de Coimbra, apresentou 1046 catálogos; seguindo-se a da Beira com 1021; a de Trás-os-Montes, com 390; a de Entre Douro e Minho, com 659. As províncias do Alentejo e do Algarve, com baixas densidades populacionais, revelaram-se particularmente pobres em bibliotecas, uma vez que a primeira deu a conhecer 94 e a segunda apenas 14. Dito de outro modo, das comarcas com fronteira marítima chegaram 2001 catálogos,

---

peças e que haviam chegado à Real Mesa Censória 2420 catálogos de bibliotecas. Veja-se Marques, 1964, p. 61. Estes dados foram igualmente apresentados por Gouveia, 1993, p. 422.

ou seja, 62,1 por cento, contra 1223, isto é, 37,9 por cento, das comarcas interiores (Marques, 1983, pp. 201-207)<sup>4</sup>.

Dos 3334 catálogos, 1890 pertenciam a leigos (Marques, 1983, p. 207), representando 56,6 por cento das bibliotecas. Destas procurámos identificar e estudar as dos funcionários menores do Santo Ofício, isto é, despenseiros, guardas dos cárceres, meirinhos e porteiros, de entre outros. Contudo, o levantamento efetuado revelou-se frustrante, uma vez que apenas se encontraram as livrarias de um contínuo e de um porteiro, ambos do Conselho Geral, e a de um guarda dos cárceres do Tribunal da Inquisição de Coimbra. Esta realidade alerta-nos para o que recentemente se tinha apurado relativamente às bibliotecas pessoais de monjas e freiras<sup>5</sup>. Ou seja, importa interrogar a fiabilidade destes números, uma vez que é pouco credível que, nos tribunais de Coimbra, Évora e Lisboa, apenas um dos funcionários menores possuísse livros. Fixemo-nos na biblioteca deste guarda dos cárceres secretos.

## **António Morais da Costa: dados biográficos**

António Morais da Costa, natural de Coimbra, onde foi batizado em 23 de junho de 1720, era morador na mesma cidade e filho do sapateiro José da Costa e de Luísa de Morais. Era neto, por via paterna, de Manuel da Costa e de Maria Teixeira e, por via materna, de Manuel João e de Clara de Morais. Estava casado com Antónia Teresa Rosa, filha de Manuel Vidal de Araújo, guarda dos cárceres do Santo Ofício, e de Rosa Maria da Conceição. Em 1757, foi objeto de provanças ao habilitar-se a guarda dos cárceres do Santo Ofício, atividade antes desempenhada pelo sogro, que falecera. Muito embora a função tenha sido concedida a Manuel Correia Falcão, homem da vara do meirinho do Santo Ofício, este não se mostrou interessado, abrindo uma possibilidade para o suplicante. Na candidatura, António Morais da Costa referiu desejar ser provido “para com o seu rendimento poder remediar as grandes necessidades que padece a mulher do dito guarda defunto, que está na companhia do suplicante, que pela sua pobreza não a pode

---

<sup>4</sup> Em 1964, a autora tinha estudado esta matéria a partir de 2420 catálogos de bibliotecas. Entre estes, 122 pertenciam a leigas e religiosas. Predominavam as obras em português, latim, castelhano e francês, sendo os números das que se apresentaram em outros idiomas muito reduzidos. Veja-se Marques, 1964, pp. 73-85.

<sup>5</sup> Nesse caso, verificou-se que, em 1769, apenas 56 freiras eram possuidoras de livros para seu uso. Veja-se Braga, 2025.

sustentar”<sup>6</sup>. Eis uma alusão à condição de viúva pobre e, presumivelmente, idosa, da sogra<sup>7</sup>, que acabara em casa da filha e do genro, o qual se afirmou igualmente sem meios.

Durante a habilitação, realizada pelo comissário Tomé Coelho Ferreira, assistido pelo notário Luís Ferreira da Costa, foi apurado que a família do candidato a guarda dos cárceres era constituída por pessoas de boa vida e costumes e de “inteiros cristãos-velhos e de limpo sangue e gerações sem raça de infecta nação nem fama ou rumor em contrário”<sup>8</sup>. Se a estas conclusões se chegou pela audição das testemunhas também não se deixou de alegar que os sogros foram ambos habilitados para que o pai de sua mulher pudesse ser guarda dos cárceres do Santo Ofício. Foi igualmente referido que sua mãe era irmã legítima de Brízida de Moraes, a qual tivera um filho, Batista da Costa Aureliano Pereira da Cunha, que fora habilitado e desempenhava as funções de tesoureiro do fisco do Santo Ofício<sup>9</sup>. Ou seja, estamos perante os habituais casos de vários membros de uma mesma família desempenharem funções na Inquisição.

À data da habilitação, 1757, António Moraes da Costa, tinha 37 anos, era boticário e, segundo o próprio, pobre. Preferiu trocar essa atividade profissional pela de guarda dos cárceres. Efetivamente, a Inquisição era uma instituição que excluía – aos que por lá passavam enquanto réus – e que promovia socialmente – aos que conseguiam obter altos cargos. Mesmo os ofícios menores, tal é o caso do de guarda dos cárceres, a par dos de despenseiro, meirinho e porteiro, podiam ser objeto de patrimonialização e de venalidade e de afirmação social entre os leigos, não apenas por atestarem

---

<sup>6</sup> Arquivo Nacional/Torre do Tombo [Lisboa] (AN/TT [Lisboa]). (1757). Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações – António, mç. 132, doc. 2206. Atualizou-se a grafia dos documentos.

<sup>7</sup> Recordemos que, na Época Moderna, pobre era, segundo a teorização de Jean-Pierre Gutton, em texto já com alguns anos, mas que continua operativo, todo aquele que vivia apenas do seu trabalho porque a qualquer momento podia tornar-se indigente. Atendendo à total ausência de meios de segurança social, quem não tinha bens, ou seja, a esmagadora maioria da população, e simultaneamente, não trabalhava era, naturalmente, pobre e, consequentemente, cliente da caridade particular e da caridade institucional. O autor tipificou três categorias de pobres, a saber, doentes, velhos e viúvos, fazendo notar que a maioria dos carenciados pertencia ao sexo feminino. Veja-se Gutton, 1971, pp. 1-46. Mais recentemente, outros autores também se detiveram na contextualização de pobre e de pobreza. Veja-se, para Portugal, Lopes, 2000, pp. 13-17 e Hespanha, 2010, pp. 233-234.

<sup>8</sup> AN/TT [Lisboa]. (1757). Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações – António, mç. 132, doc. 2206.

<sup>9</sup> AN/TT [Lisboa]. (1757). Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações – António, mç. 132, doc. 2206.

a pureza de sangue como por permitirem uma acumulação de riqueza, ainda que, por vezes, de forma fraudulenta<sup>10</sup>.

## A biblioteca de António de Moraes da Costa

Foi na condição de guarda dos cárceres secretos do tribunal da Inquisição de Coimbra que, em 1769, António de Moraes da Costa fez o inventário da sua biblioteca, em cumprimento do edital da Real Mesa Censória. A sua atividade profissional estava regulamentada pelo Regimento do Santo Ofício de 1640<sup>11</sup>, no qual se definiu que os guardas do cárcere secreto deveriam ser de sangue limpo, de boa vida e costumes e saberem ler e escrever. Profissionalmente, cabia-lhes manter os corredores dos cárceres limpos, entregar roupa lavada aos presos, semanalmente ou a cada quinze dias; tratar com caridade, mas sem familiaridade, os presos; e, a mando do alcaide, deveriam chamar o médico, o cirurgião ou o barbeiro para cuidar de algum que estivesse enfermo. Dois dos guardas teriam que dormir no cárcere, a todos cabia vigiar os presos, impedir contactos entre os mesmos, verificar, à entrada, se possuem alguma arma com que se pudessem magoar, ou outros objetos proibidos; fechar a porta do pátio, à noite, e nunca poderiam comer com os detidos, receber ofertas dos próprios ou de parentes<sup>12</sup> (Franco & Assunção, 2004, tít. XV, pp. 281-282).

Vejam os como se compunha a livreria deste guarda dos cárceres secretos, e de que modo refletia as suas duas atividades profissionais. A biblioteca era composta por 67 obras em 74 volumes, da autoria de 49 autores identificados. Onze livros foram catalogados como anónimos e houve sete autores que ficaram representados com dois títulos, a saber, António Arbiol (1651-1726), António Carvalho da Costa (1650-1715), Emanuele Tesauro (1591-1677), Eustachius Zanottus (1710-1761), Fernando de Lacerda (1628-1685), Gaspar Cardoso de Sequeira (15?-16?) e Joaquim da Encarnação (1724-1789). Duas autoras constam desta biblioteca: Soror Tomásia Maria Micaela de Loureiro e Lacerda, com *Obséquio beneditino: para as religiosas*

<sup>10</sup> Sobre a afirmação social dos que desempenhavam ofícios menores no Santo Ofício, veja-se Lopes, 2011 e Feitler, 2016. Sobre a prevaricação dos detentores destes ofícios, veja-se Martins, 2015.

<sup>11</sup> Os anteriores regimentos tinham codificado as obrigações dos alcaides e dos guardas dos cárceres. Veja-se, regimento de 1552, relativo aos alcaides e referindo pontualmente os guarda, caps. 99 a 118; regimento de 1613, tít. XIX, caps. 1-8, alusivo aos guardas (Franco & Assunção, 2004, pp. 127-128, 197).

<sup>12</sup> Sobre os cárceres do Santo Ofício e a relação entre os guardas e os presos, veja-se Braga, 2015.

[...] *tributare todos os annos ao Gloriosissimo [...] Principe dos Patriarchas S. Bento*, Coimbra: Officina de Luis Secco Ferreira, 1751; e uma religiosa não identificada, autora de uma obra em 16.º, referida como *Pratica de alguns motivos eficazes compostos por huma religioza*, editada em Coimbra, em 1759, livro do qual não encontrámos exemplares.

O guarda dos cárceres era possuidor de dois manuscritos, um dos quais sobre farmacopeia, e 65 livros impressos em várias cidades europeias de diversos países: Coimbra ocupou o primeiro lugar com 24, seguiu-se Lisboa com 19 e Évora com três; em Espanha, pontuou Barcelona, com três impressões e, com uma cada, Madrid, Osuna, Salamanca, Saragoça e Valencia; referência ainda para Paris, com dois livros, e Antuérpia, Bolonha e Pádua com um cada. Sem local indicado foram elencadas seis obras. As datas das publicações ficaram compreendidas entre 1567 e 1767. Isto é, a obra mais antiga desta biblioteca era a de Thomas Hibernico, *Flores Bibliae Sive Loci Communes Omnium Fere Materialium Ex Veteri Ac Novo Testamento Excerpti et alphabetico ordine digesti*, a F. Thoma Hibernico, nunc[ue] demum castigati, Antuerpiae: ex officina Christophori Plantini, 1568 (Antuerpiae: excudebat Christophorus Plantinus, -- 1567), erradamente catalogada como publicada em Veneza em 1550; e a mais recente o livro de João Batista de Castro (1700-1775), *Roteiro Terrestre de Portugal, em que se expoem, e ensinam por jornadas, e summarios não só as viagens, e as distancias, que ha de Lisboa para as principaes terras das Provincias deste Reyno, mas as derrotas por travessia de humas a outras povoações delle*, Coimbra: na Officina de Luiz Secco Ferreira, 1767. A distribuição por séculos dá-nos uma obra editada no século XVI, nove na centúria seguinte e 50 em Setecentos. De sete livros não se indicaram as datas das edições.

Em alguns momentos, foi referido que aos livros faltavam folhas, tais foram os casos de uma cartilha anónima em português e, de dois em latim, um contendo orações e outro da autoria do jesuíta Manuel Álvares (1526-1583) intitulado *De institutione grammatica libri tres*, Olyssippone: excudebat Ioannes Barrerius, 1572. Não se sabe se se tratava desta ou de outra edição. A biblioteca contou com cinco livros *in folio*, 18 em 4.º, 22 em 8.º, 11 em 12.º, três em 16.º, outros tantos em 24.º e um em 32.º. Não foi dada informação do tamanho de quatro livros.

Se bem que os autores estrangeiros tenham ficado representados nesta biblioteca, por vezes a leitura dos mesmos foi feita em traduções portuguesas. De qualquer forma, António de Moraes da Costa lia em latim e em castelhano, uma vez que 14 livros estavam escritos no primeiro idioma e sete no segundo. Em português, ou bilingues, caso dos dicionários, encontraram-se 46 obras.



Os temas representados na biblioteca foram, sem surpresa, maioritariamente de cariz religioso. Neste caso, contam-se 30 livros. Como sistematizou Marina Roggero, “i libri per l’anima si sarebbero imposti come salutare cibo quotidiano per ogni lettore” (2021, p. 107), o que era verdade para leigos e religiosos. Mas outros assuntos interessaram ao guarda dos cárceres: as artes e ciências ficaram representadas com 18 títulos, incluindo vários de medicina e farmacopeia, a que se juntam as belas-letras, com 15, e a história com quatro.

Em matérias religiosas, as leituras de António de Morais da Costa compreenderam livros de autores como António Arbiol (1651-1726), Juan Eusébio de Nieremberg (1595-1658), Francisco Xavier (1506-1552), Manuel Bernardes (1644-1710), Manuel de Deus (1686-1730) e Tomás de Kempis (c. 1380-1471), de entre outros. Isto é, escritores frequentemente de séculos anteriores, lidos maioritariamente em edições setecentistas. Estas obras compreenderam breviários, exercícios devotos, guias espirituais, hagiografias, literatura ascética e mística, livros de horas, martirológios, de entre outros.

No que se refere às artes e ciências, contam-se diversos textos de astronomia, como por exemplo, António Galhardo da Costa (1650-1715), *Via astronomica: primeira [-segunda] parte...*, Lisboa: na officina de Francisco Villela, 1676-1677; de matemática, tal foi o caso de Manuel de Campos (c. 1681-1737?), *Synopse trigonometrica dos casos que communmente occorrem em huma e outra trigonometria plana e esférica: com as analogias respectivas e praxes logarithmicas que lhes correspondem, para uso da Real Aula da Esfera do Collegio de Santo Antão da Companhia de Jesus de Lisboa Occidental*, Lisboa Occidental: na officina de Antonio Isidoro da Fonseca 1737; e até dois almanaques, um de Jerónimo Cortez, de 1686, de que não se localizou nenhum exemplar<sup>13</sup>, e o de Teobaldo de Jesus Maria (1669-17?), *Prognostico, e lunario perpetuo, tirado das doutrinas do Sarrabal Milanez, calculado do meridiano das nobelissimas cidades, e Corte de Lisboa, em quanto às lunações somemte; com os Eclipses, e noticia de seus efeitos*, Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1728.

As obras de medicina e de farmacopeia catalogadas foram as de Andrés Laguna (1499-1559), autor de *Pedacio Dioscorides anazarbeo, Acerca de la materia medicinal y de los venenos mortíferos, traduzido de lengua griega en la vulgar castellana & ilustrado con claras y substantiales annotationes, y con las figuras de innumeras plantas exquisitas y raras*, en Anuers: en casa de Iuan Latio, 1555, numa edição de Salamanca, publicada em

<sup>13</sup> Sobre este tipo de publicações e a autoria das mesmas, veja-se Braga, 2005.

1750, embora só tenhamos encontrado a de Madrid: en la imprenta de Domingo Fernandez de Arrojo: se hallará en la libreria de Luis Correa..., 1733; Benito Matamoros Vazquez Gallego, *Selectarum medicinae disputationum: tomus I. In quo praeter ea quae de febrium theoria, coctione & putredine & alijs ex professo disputantur; plura etiam alia difficillima ad vtranque medicinae partem spectantia obiter disquiruntur*, Vrsae: apud Ioannem Serrano de Vargas & Vreña, Vniuersitatis typographum, 1622; e do oratoriano Tomás Vicente Tosca (1651-1723), três dos nove volumes do *Compendio mathematico en que se contienen todas las materias mas principales de las ciencias que tratan de la cantidad*, en Valencia: por Antonio Bordazar, 1707-1715, embora tenha referido tratar-se de uma tradução do francês, não datada e em português; sem esquecer o manuscrito intitulado *Pecúlio de várias regras da farmácia para o bom acerto da feitura dos medicamentos*, in 4.º, certamente de uso corrente, enquanto foi boticário.

A literatura, aqui entendida de forma ampla, compreende desde textos literários como *Vida e fabulas do insigne fabulador grego Esopo: de novo juntas, e tradusidas cõ breves applicações moraes a cada fabula por Manuel Mendes da Vidigueyra*, Lisboa: na Officina de Frâncisco Villela, 1684, passando por Gonçalo Fernandes Trancoso (1515-1596), *Histórias proveitosas, que contém contos de proveito e exemplo...: leva no fim a polícia e urbanidade christã*, Lisboa: Officina de Filippe de Sousa Villela, 1710. Neste apartado incluímos também os instrumentos de normalização da língua falada e escrita. Refiram-se as obras dos lexicógrafos Jerónimo Cardoso (1508-1569), *Dictionarium latino lusitanicum, et vice versa lusitanico latinum: cum adagiorum feré omnium iuxta seriem alphabeticam perutili expositione: & Ecclesiasticarum vocabulorum interpretatione: item de monetis, ponderibus, & mensuris, ad praesentem usum accomodatis, Hieronymum Cardosum lusitanum congesta; recognita vero omnia per Sebastianum Stokhamerum germanum Qui libellum etiam de proprijs nominibus regionum, populorum, illustrium virorum, fluviorum, montium, ac aliorum complurium nominum, & rerum scitu dignatum, historijs, & fabulis poeticis refertum, in usum & gratiam lusitanicae pubis concinnavit, & ex integro adiecit*, Ulyssipone: ex officina Petri Craesbeeck, 1630; e a nona edição de Bento Pereira (1606-1681), *Prosodia in vocabularium bilingue latinum, et lusitanum*, Eborae: Typ. Academiae, 1741.

Numa época em que a epistolografia era uma tarefa quase diária para uma parte da população alfabetizada, não se estranham obras como a de Emanuele Tesauo (1591-1677), *Arte de cartas misiuas, o methodo general para reducir al papel quantas materias pide el politico comercio que escriuió en toscano... D. Manuel Thesauro...; y traduce en español D. Marcelo Migliauaca...*,

em Valência: por layme de Bordazar: expensas de Iuan de Baeza..., 1696; enquanto o peso da parenética continuava a ser marcante, consequentemente, a preparação dos pregadores pressupunha não apenas a leitura de sermões, mas também de obras sobre retórica, como por exemplo, as de Cipriano Soares, *De arte rhetorica libri tres ex Aristotele, Cicerone, & Quintiliano praecipue de prompti. Ab eodem authore recogniti & multis in locis locupletati*, Conimbricæ: Typographia In Collegio Artiu Societ Jesv, 1710; e de Manuel Pacheco de Sampaio Valadares, *Arte de rethorica, que ensina a fallar, escrever, e orar escrita em portuguez para intelligencia dos que não sabem a lingua latina pello doutor Manoel Pacheco de Sompayo Valladares... com huma rhetorica particular para uso dos pregadores*, Lisboa: na Officina de Francisco Luiz Ameno, 1750.

A história, em especial história religiosa, ficou representada, com obras como, por exemplo, a tradução de Domingos Lopes Coelho, *Historia da prodigiosa, e admiravel vida do apostolo valenciano, Profeta & Anjo do Apocalypsi o glorioso S. Vicente Ferrer recopilada e escrita no idioma portuguez das que escrevéraõ os Padres Mestres Frey Francisco Gavalda & Frey André Ferrer de Valdecebro...*, Lisboa: na Officina Real Deslandesiana, 1713<sup>14</sup>.

Tendo em atenção as bibliotecas de outros boticários, que comparações se podem extrair da realidade aqui apresentada? José Pedro de Sousa Dias estudou os catálogos das oito livrarias dos boticários de Lisboa e seu termo, tendo apurado que todos possuíam uma forte componente profissional, com obras em latim, português e castelhano. Em todos estavam presentes as farmacopeias de D. Caetano de Santo António, *Farmacopeia Lusitana*, com edições de 1704, 1711, 1725 e 1754<sup>15</sup>; e de Manuel Rodrigues Coelho, *Farmacopeia Tubalense*, publicada nos anos de 1735, 1751 e 1760; a par de outras obras congêneres apenas presentes em algumas das livrarias. Os boticários possuíam em média 34 livros (Dias, 2007, pp. 114-123). Ora, a biblioteca de António Morais da Costa era maior, não registava obras relativas à farmácia química e o único autor comum às dos boticários de Lisboa e seu termo era Andrés Laguna, com o citado livro *Pedacio Dioscorides anazarbeo...*, editado pela primeira vez em 1555 e, mais tarde, em 1677.

<sup>14</sup> AN/TT [Lisboa]. (1769). Real Mesa Censória, cx. 135, cat. 2563.

<sup>15</sup> D. Caetano de Santo António (16?-1730) foi autor da primeira farmacopeia redigida por um português, na língua nacional e editada em Portugal. A obra, publicada em Coimbra, em 1704, conheceu outras edições em Lisboa: 1711, 1725 e 1754 (póstuma). Da primeira edição para a segunda deram-se importantes alterações, nomeadamente a introdução da farmácia química, por influência das leituras das obras dos franceses Nicolás Lémery (1645-1715) e Moyse Charras (1619-1698). A obra foi dedicada ao conde de Redondo, D. Tomé de Sousa Coutinho, um entusiasta dos medicamentos químicos (Dias & Pita, 1994, pp. 23-25; Pita, 1996, pp. 169-172; Dias, 2007, pp. 90-97; Pita & Pereira, 2008, pp. 101-107; Pita, 2019, pp. 11-24, 63-453).

Comparando a biblioteca do guarda do cárcere com as dos dois outros funcionários menores, designadamente a de António Ribeiro dos Santos<sup>16</sup>, porteiro, e a de José Marques Pessoa<sup>17</sup>, contínuo, ambos servidores do Conselho Geral, podemos verificar que estamos perante livrarias mais pequenas – a do primeiro era constituída por 30 obras e a do segundo por 49 –, que a maioria dos livros era de temática religiosa e que se encontram escassos autores em comum.

Na posse do porteiro encontravam-se 17 títulos de temática religiosa e 13 de história. Um único autor foi comum às duas livrarias: Manuel Bernardes (1644-1710), neste caso representado com duas obras. Consta apenas um livro de autoria feminina, o de Maria de Jesus de Ágreda (1602-1665), monja da Imaculada Conceição e escritora de sucesso, cuja obra, póstuma, *Mystica ciudad de Dios*, teve a primeira edição em Madrid, em 1670, conhecendo traduções para várias línguas. Em português, a primeira ocorreu em 1730, sob o título *Mystica cidade de deos: breve compendio da vida, e myterios de Maria*, Lisboa Ocidental: Oficina da Música, 1730. Porém, o livro presente na livraria em estudo foi outro: *Exercicios Espirituaes Que Praticou, e Deixou Escritos a Veneravel Madre Maria de Jesus de Agreda...*, Coimbra: Officina de Luis Seco Pereira, 1730. No que se refere às obras de história, algumas delas de temas religiosos, destaquem-se algum dos volumes de Agostinho de Santa Maria (1642-1728), *Santuario Mariano*, e *Historia das Image[n]s milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente apparecidas, em graça dos Prégadores, & dos devotos da mesma Senhora...*, Lisboa: na Officina de Antonio Pedrozo Galrao, 1707-1723; André de Barros (1675-1754), *Vida do Apostolico Padre Antonio Vieyra da Companhia de Jesus, chamado por Antonomasia o Grande: aclamado no mundo por Principe dos Oradores Evangelicos, Prégador Incomparavel dos Augustissimos Reis de Portugal, Varão esclarecido em Virtudes, e Letras Divinas, e Humanas; Restaurador das Missões do Maranhão, e Pará...*, Lisboa: na nova Officina Sylviana, 1746; Fernando de Meneses, *Historia de Tangere, que comprehende as noticias desde a sua primeira conquista até á sua ruina*, Lisboa Occidental: na Officina Ferreiriana, 1732; Pedro Mariz (1565-1615), *Dialogos de varia historia: em que sumariamente se regem muytas causas antiquas de Hespanha, e todas as mais que em Portugal acontecerão em suas gloriosas conquistas antes e depois de ser levantado a dignidade real*, [Lisboa?]: Na Officina de José Filippe e Manuel Soares, 1758; sem esquecer vários números da *Gazeta de Lisboa*, de 1741.

<sup>16</sup> AN/TT [Lisboa]. (1769). Real Mesa Censória, cx. 117, cat. 364.

<sup>17</sup> AN/TT [Lisboa]. (1769). Real Mesa Censória, cx. 124, cat. 1490.

Comparando com a livraria de José Marques Pessoa, podemos verificar que apenas um autor era comum ao catálogo do guarda dos cárceres secretos, isto é, Juan Eusébio de Nieremberg (1595-1658), embora com obras diferentes. Se bem que a maioria dos livros tivesse como tema a religião, a diversidade de assuntos que interessaram ao contínuo do Conselho Geral foi mais significativa. Refira-se um exemplar em mau estado, sem título nem data, de *D. Quixote*, de Miguel de Cervantes (1547-1616); a primeira história de Portugal redigida em francês da autoria de Jacques Le Quien de La Neufville (1647-1728), *Histoire générale de Portugal*, Paris: chez Anisson, 1700; um exemplar da obra de Filipe Nunes (15?-16?), de *Arte da pintura, symmetria, e perspectiva, composta por Filippe Nunes, natural de Villa-Real, novamente impressa, com boas estampas, correcta, e accrescentada com o seu Index*, Lisboa: na Officina de João Baptista Alvares, 1767; ou ainda uma obra catalogada como anónima, de cozinha, em francês, in 4.º, editada em Paris, no ano de 1737<sup>18</sup>.

## Os livros do guarda dos cárceres: uma biblioteca profissional?

Partindo do princípio de que a mais significativa das funções dos livros era a utilidade que tinham para os seus leitores, importa perceber se a livraria de António de Morais da Costa pode ser considerada uma biblioteca profissional. Lamentavelmente, a forma de constituição ficou omissa, matéria que é relevante pois, regra geral, resulta de aquisições, ofertas pessoais e institucionais, legados e trocas<sup>19</sup>. De qualquer forma, apreciaria os livros, tanto mais que guardava alguns truncados, sem folhas no princípio ou no fim. A morte do sogro poderá ter sido um momento em que obteve alguns e, aparentemente, adquiriu outros posteriormente, uma vez que a data da obra mais recente era muito próxima do momento da redação do catálogo enviado à Real Mesa Censória.

<sup>18</sup> Editado em Paris, naquela data e naquele formato, encontra-se de François Massialot, (1660?-1733), *Nouvelle instruction pour les confitures, les liqueurs et les fruits [Texte imprimé]... avec la manière de bien ordonner un fruit. Suite du Nouveau cuisinier royal et Bourgeois... Nouvelle édition, revue, corrigée et beaucoup augmentée*, Paris: Veuve Prudhomme, 1737 e, em 12.º, a obra de Louis Liger (1658-1717), *Le Ménage des champs et de la ville, ou Nouveau cuisinier français, accommodé au goût du tems, contenant tout ce qu'un parfait chef de cuisine doit sçavoir pour servir toutes sortes de tables,... avec une instruction pour faire toutes sortes de pâtisseries...* [par L. Liger.] Nouvelle édition, Paris: C. David, 1737.

<sup>19</sup> Para Florença, entre 1588 e 1607, conhecem-se os livros adquiridos a crédito pelas religiosas da cidade ao livreiro Piero Morosi. Num total de 1101 livros, 511 destinaram-se às casas femininas. Fora deste cômputo ficaram os que foram obtidos por homens e oferecidos às religiosas. Veja-se Gehl, 1996, pp. 67-82.

Se os livros que compuseram a livraria foram maioritariamente de temática religiosa, o que não destoou do que era comum na época, também é certo que os restantes não evidenciam apenas um foco de interesse, como a medicina e, em especial, a farmacopeia. O número de obras relativas a estes temas acabou por ficar diluído no total, apesar de António de Morais da Costa ter sido boticário. Outra observação prende-se com o facto de não haver um único livro relativo, ainda que vagamente, à segunda função, a de guarda dos cárceres, nem sequer o regimento do Santo Ofício de 1640.

A biblioteca de António de Morais da Costa não se afasta do que se conhece para as leituras da época. Uma forte presença de obras de temas religiosos, a par do crescente interesse pela literatura e, em menor escala, pela história (Braga, 2001). Apesar de ter desempenhado duas atividades laborais, as leituras não permitem evidenciar uma biblioteca profissional, não obstante a presença de alguns títulos, mormente de um dos manuscritos. Contudo, as quatro obras de medicina e de farmacopeia não se impuseram no cômputo total.

Finalmente, enfatize-se que os catálogos resultantes do decreto de 1769 não podem, nem de forma aproximada, representar a totalidade dos leitores da época, que possuíam livros. Não é plausível que nos tribunais de Coimbra, Évora e Lisboa apenas um dos funcionários menores possuísse obras. Ou, se incluirmos os servidores do Conselho Geral do mesmo nível, três. O mesmo se pode afirmar em relação aos boticários de Lisboa e seu termo, apenas oito; ou às religiosas de todo o reino, apenas 56. Ou porque não foram redigidos ou porque não chegaram ao presente, torna-se claro que não correspondem à totalidade das pessoas que possuíam livraria. Se tivermos em atenção que não se encontraram os catálogos dos que desempenharam altos cargos no Santo Ofício, a conclusão robustece-se. Portanto, a análise dos catálogos por grupos socioprofissionais permitirá fundamentar cada vez mais esta posição.

## Referências

### Fontes manuscritas

Arquivo Nacional/Torre do Tombo [Lisboa]. (1769). Real Mesa Censória, cx. 117, cat. 364; cx. 124, cat. 1490; cx. 135, cat. 2563.

Arquivo Nacional/Torre do Tombo [Lisboa]. (1757). Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações – António, mç. 132, doc. 2206.

## Fontes impressas

- Franco, J. E., & Assunção, P. de. (2004). *As metamorfoses de um polvo: religião e política nos regimentos da Inquisição portuguesa (Séc. XVI-XIX)*. Prefácio.
- Franco, J. E., & Fiolhais, C. (Dir.); Borges, A. M., Pita, J. R., & Ribeiro, L. G. (Coord.). (2019). *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa. Primeiros escritos de medicina, farmácia e enfermagem*. Círculo de Leitores.

## Bibliografia

- Alves, A. R. (2014). A biblioteca de D. Inácio de Santa Teresa, um bispo jacobeu, entre 1721 e 1751. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 14, 209-230.
- Antunes, A. de A. (2004). *Espelho de cem faces: o “universo relacional” de um advogado setecentista*. Annablume, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Baranda Leturio, N. (2003). Las lecturas femeninas. In V. Infantes de Miguel, F. Lopez & J.-F. Botrel (Dir.), *Historia de la edición y de la lectura en España 1472-1914* (pp. 159-170). Fundación Germán Sánchez Ruipérez.
- Braga, I. D. (2001). As realidades culturais. In J. Serrão & A. H. de O. Marques (Dir.), *Nova História de Portugal* (vol. 7, pp. 465-565). Editorial Presença.
- Braga, I. D. (2025, abril 3-4). *Bibliotecas particulares de freiras: resistência ou ortodoxia no Portugal do século XVIII?* [Comunicação]. Congreso Internacional Resistencias y Violencias en las Sociedades Atlánticas, ss. XVI-XX, Valladolid.
- Braga, I. M. R. M. D. (2005). *Cultura, Religião e Quotidiano: Portugal (século XVIII)*. Hugin Editores.
- Braga, I. M. R. M. D. (2010). Os Monges de São Vicente de Fora na Época Moderna. In S. C. Saldanha (Coord.), *Mosteiro de São Vicente de Fora: arte e história* (pp. 35-53). Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa.
- Braga, I. M. R. M. D. (2012). *Bens de hereges. Inquisição e cultura material: Portugal e Brasil (séculos XVII-XVIII)*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Braga, I. M. R. M. D. (2015). *Viver e morrer nos cárceres do Santo Ofício*. A Esfera dos Livros.
- Buescu, A. I. (2016). *A livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*. Biblioteca Nacional de Portugal.
- Burke, P. (2002). *Historia social del conocimiento: de Gutemberg a Diderot*. Paidós.
- Caravale, G. (2022). *Libri pericolosi: censura e cultura italiana in età moderna*. Editori.
- Cardoso, A. M. de B. (1995). *Ler na livraria de Frei Francisco de São Luís Saraiva. Edição Comemorativa do Sesquicentenário da Morte do Cardeal Saraiva*. Câmara Municipal de Ponte de Lima.
- Carvalho, J. A. de F. de (2003). El club de los señores de las bibliotecas muertas? Nota a propósito de la librería del primer marqués de Niza en el Portugal en mediados del siglo XVII. In A. Castillo Gómez (Ed. Lit.), *Libro y lectura en la Península Ibérica y América (siglos XIII a XVIII)* (pp. 165-188). Junta de Castilla y León.
- Castillo Gómez, A. (2016). *Leer y oír leer: ensayos sobre la lectura en los Siglos de Oro*. Iberoamerica.



- Cátedra, P. M., & Rojo, A. (2004). *Bibliotecas y lecturas de mujeres: siglo XVI*. Instituto de Historia del Libro y de la Lectura.
- Cayuela, A. (2003). Las justificaciones y críticas de la lectura. In V. Infantes, F. Lopez & J.-F. Botrel (Dir.), *Historia de la edición y de la lectura en España 1472-1914* (pp. 171-179). Fundación Germán Sánchez Ruipérez.
- Dias, J. P. S. (2007). *Droguistas, boticários e segredistas: ciência e sociedade na produção de medicamentos na Lisboa setecentista*. Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Dias, J. P. S., & Pita, J. R. (1994). A Botica de S. Vicente e a Farmácia nos Mosteiros e Conventos da Lisboa Setecentista. In M. P. Basso & J. M. Neto, *A Botica de São Vicente de Fora* (pp. 19-25). Associação Nacional de Farmácias.
- Feitler, B. (2016). Ofícios e estratégias de acumulação: o caso do despenseiro da Inquisição de Lisboa, António Gonçalves Prego (1650-1720). *Topoi*, 17(33), 468-489.
- Fernandes, M. de L. C. (2000). *A biblioteca de Jorge Cardoso (†1669), Autor do Agiólogo Lusitano: cultura, erudição e sentimento religioso no Portugal Moderno*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Ferro, J. P. (1995). *A população portuguesa no final do Antigo Regime (1750-1815)*. Editorial Presença.
- Gehl, P. F. (1996). Libri per donne: le monache clienti del libraio Fiorentino Piero Morosi (1588-1607. In G. Zarri (Dir.), *Donna, disciplina, creanza cristiana dal XV al XVII secolo: studi e testi a stampa* (pp. 67-82). Edizioni di Storia e Letteratura.
- Gouveia, A. C. (1993). Estratégias de interiorização da disciplina. In J. Mattoso (Dir.); A. M. Hespanha (Coord.), *História de Portugal: o Antigo Regime* (vol. 4, pp. 415-449). Editorial Estampa.
- Guillaume-Alonso, A. (1999). Des bibliothèques féminines en Espagne (XVI<sup>e</sup>-XVII<sup>e</sup> siècles): quelques exemples. In D. de Courcelles & C. Val Julián (Coord.), *Des femmes et des livres: France et Espagne XIV<sup>e</sup>-XVII<sup>e</sup> siècles* (pp. 61-75). École des Chartres.
- Gutton, J.-P. (1971). *La Société et les pauvres: l'exemple de la généralité de Lyon (1534-1789)*. Société d'Édition Les Belles Lettres.
- Hespanha, A. M. (2010). *Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. Annablume.
- Kennedy, M. (1999). Women and reading in eighteenth-century Ireland. In B. Cunningham & M. Kennedy, *The experience of Reading: Irish historical perspectives* (pp. 78-98). Rare Books of the Library Association of Ireland and Economic and Social History of Ireland.
- Lopes, B. (2011). Família e Transmissão de cargos no Santo Ofício: o meirinho da Inquisição de Évora. In Z. C. Santos (Coord.), *Família, espaço e património* (283-299). CITCEM. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10700.pdf>.
- Lopes, M. A. (2000). *Pobreza, assistência e controlo social: Coimbra (1750-1850)*, vol. 1. Palimage Editores; Centro de História da Sociedade e da Cultura.
- Magalhães, J. P. de. (1994). *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Universidade do Minho.
- Marques, A. H. de O. (1998). *História de Portugal*, vol. 2. Presença.



- Marques, M. A. S. (1964). *A Real Mesa Censória e a cultura nacional: aspetos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*. Universidade de Coimbra.
- Marques, M. A. S. (1983). Pombalismo e cultura média: meios para um diagnóstico através da Real Mesa Censória. In M. Antunes, *Como interpretar Pombal? No bicentenário da sua morte* (pp. 185-212). Brotéria; Livraria A. I.
- Marquilha, R. (2000). *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Martínez Pereira, A. (2003). Historia de la formación y evolución de las bibliotecas. In V. Infantes de Miguel, F. Lopez & J.-F. Botrel (Dir.), *Historia de la edición y de la lectura en España 1472-1914* (pp. 114-122). Fundación Gernán Sánchez Ruipérez.
- Martins, J. F. (2015). *Corrupção e incúria no Santo Ofício: ministros e oficiais sob suspeita e julgamento*. Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.
- Martins, M. T. E. P. (2005). *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Fundação Calouste Gulbenkian; Ministério da Ciência e do Ensino Superior.
- Mesquita, L. M. S. (1993). *Braga e a cultura portuguesa dos finais da Época Moderna: a biblioteca dos oratorianos* (2 vols.) [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade do Porto.
- Oliveira, A. de. (2002). Uma declaração de bens de João Pinto Ribeiro como titular de ofício público. In A. de Oliveira, *Movimentos sociais e poder em Portugal no século XVII* (pp. 131-141). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Oliveira, A. de. (2010). Livrarias de professores da Universidade de Coimbra. In A. de Oliveira, *Pedaços de História Local* (vol. 2, pp. 129-338). Palimage.
- Oliveira, J. A. M. P. de. (1995). *A paixão da história na biblioteca de D. João de Magalhães e Avelar* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade do Porto.
- Oliveira, R. J. C. P. de. (2007). *Uma vida no Santo Ofício: O Inquisidor Geral D. João Cosme da Cunha* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade de Lisboa.
- Pinho, I. M. R. T. de. (2000). *O mosteiro de São Bento de Ave Maria do Porto (1518-1899): uma arquitectura no século XVIII* (2 vols.) [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade do Porto.
- Pita, J. R. (1996). *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*. Minerva.
- Pita, J. R. (2019). *Farmacopeia Lusitana* (1704). In J. E. Franco & C. Fiolhais (Dir.), *Obras pioneiras da cultura portuguesa: primeiros escritos de medicina, farmácia e enfermagem* (vol. 22, pp. 11-25). Círculo de Leitores.
- Pita, J. R., & Pereira, M. L. (2008). Botica, farmacopeia conventual e farmacia: a *Pharmacopeia Lusitana* de D. Caetano de Santo António (1704). In M. A. F. Marques (Coord.), *Mosteiro e Saúde – Cerca, Botica e Enfermaria*. *Actas do III Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões* (pp. 95-107). s.n.
- Prieto Bernabé, J. M. (2004). *Lectura y lectores: la cultura del impreso en el Madrid del siglo de Oro (1550-1650)*. (vol. 2). Editora Regional de Extremadura.
- Rocha, I. (1996). A livraria do convento da Arrábida. In *I-II Seminário "O Franciscanismo em Portugal: actas"* (pp. 185-194). Lisboa: Fundação Oriente.
- Rodrigues, J. D. (2003). *São Miguel no século XVIII: casa, elites e poder*. (vol. 2). Instituto Cultural de Ponta Delgada.

- Roggero, M. (2021). *La vie dei libri: letture, lingua e pubblico nell'Italia moderna*. Il Mulino.
- Santos, A. P. dos. (2019). *Entre livros e estantes: um estudo da livraria do mosteiro de São Bento da Vitória do Porto a partir dos inventários produzidos entre 1769 e 1834* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade de Lisboa.
- Santos, M. J. A. (2004). *Assina quem sabe e lê quem pode: leitura, transcrição e estudo de um rol de moradias da Casa da Rainha D. Catarina de Áustria (1526)*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Santos, M. J. A. (2008). El libro y la lectura entre las mujeres en el Portugal medieval. In Departament de Cultura i Mitjans de Comunicació [Barcelona], *El Llibre i la lectura: de l'Antiguitat a l'Època Moderna* (pp. 91-106). Generalitat de Catalunya.
- Silva, F. R. da. (1991). Barroco e escolarização: taxas de alfabetização no Porto nos inícios do século XVIII. In J. M. Ribeiro, *I Congresso Internacional do Barroco. Actas* (vol. 2, pp. 451-461). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Staves, S. (2007). 'Books without witch I cannot write': how did Eighteenth-Century women writers get the books they read?. In J. Batchelor & C. Kaplan (Dir.), *Women and material culture, 1660-1830* (pp. 192-211). Plagrave Macmillan.
- Tavares, R. (2018). *O censor iluminado: ensaio sobre o pombalismo e a revolução cultural no século XVIII*. Tinta da China.